

A “UTOPIA” DE D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES

Pedro Vilas Boas Tavares
CIUHE

RESUMO:

Abordagem do legado intelectual e pastoral de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, salientando o carácter não-utópico da mundividência cristã, na medida em que ela pressupõe uma ultrapassagem da expectativa utópica na e pela história.

ABSTRACT:

An approach to the intellectual and pastoral legacy of António Ferreira Gomes, bishop of Oporto, stressing the non-utopian character of the Christian worldview, in that it assumes that utopian expectations are to be overcome in and by history.

PALAVRAS-CHAVE:

D. António Ferreira Gomes, Cristianismo, utopia, acção pastoral.

>>

KEY WORDS:

D. António Ferreira Gomes, Christianity, utopia, pastoral activity.

1. O primeiro contacto – directo – com a palavra de pensador e pastor de D. António Ferreira Gomes experimentei-o pessoalmente na Sé do Porto, por entre cânticos, salmos e aromas de incenso, elevando-se na granítica e concentrada atmosfera de uma disciplinada e acalentadora luminosidade, com a rutilação dos vitrais da grande rosácea projectando-se amplamente na nave central do templo, abundando de fiéis, em manhãs de pontifical solene... E é completamente diferente ler – sem mais – um texto datado, como outro qualquer discurso, ou lê-lo agora,

tendo-o ouvido aos dezoito anos, proferido na nasalada voz do prelado, sentado no faldistório junto ao altar, tendo à direita a sua cátedra episcopal, e inserindo necessariamente essas extensas páginas de magistério na dinâmica de uma celebração, na qual o próprio ritual se encarregava de vincar a ligação da palavra ao culto e do ministério profético ao ministério sacerdotal.

No Seminário Maior do Porto – que tive o privilégio de frequentar –, talvez porque era dos mais novos, recém-chegado, coube-me o papel de “fámulo” nas cerimónias da catedral. Por aí se deu uma primeira familiarização com a escutada e tão escrutinada palavra do meu bispo, que era essa incontornável referência por todos já então reconhecida. Estávamos nos tempos da presidência do conselho do Professor Marcello Caetano e a diocese vinha-se habituando – sem dificuldades de maior, tirando a de alguns integristas decimonónicos – à normalidade canónica e institucional que, finalmente, lhe era dado viver...

Já tinha tido em Vilar o contacto com a mensagem emblemática – lapidar e essencial – daquele que agora ouvia directamente e de quem todos falavam. Era rapaz e esse primeiro contacto com a frase que iluminava a penumbra do primeiro corredor do andar de entrada de Vilar impressionou-me muito. Todos a conhecerão, mas vale a pena lembrá-la: “De joelhos diante de Deus, de pé diante dos Homens”...

Ali, dentro daquele caixilho, estava toda uma teologia, toda uma ética, as mesmas que, em 1955, se exprimiriam em proclamandos princípios de “doutrina social e económica”, “sempre ensinados” pela Igreja, e sobre que assentaria o esquema geral de uma projectada pastoral colectiva “sobre a condição dos trabalhadores”: “A Moral cristã nem é a moral de escravos nem o direito dos senhores: é o ideal da Cavalaria ou da santidade – o forte ao serviço do fraco” (cf. Gomes, 2008: 185-186).

Valendo como uma “profissão de fé” e um “sermão de mandato”, a epígrafe era o que de melhor se poderia propor a qualquer jovem cristão como norma de vida. Ainda hoje (e sempre) ela poderá servir de constante motivo de interpelação.

Não é nem era então difícil perceber que o bispo levava muito à letra esse lema..., que tudo o que ele dissera, fizera, dizia e continuava a fazer, se explicava por aquela frase...

Em suma: ouvi pois, de viva voz, e li bastantes textos homiléticos e de orientação pastoral do Senhor D. António Ferreira Gomes. Não vou, naturalmente, fazer aquilo que a Fundação SPES tem feito, e feito bem, uma análise hermenêutica valorativa desses textos. No atrevimento desta comunicação vou apenas dar um apontamento pessoal, ressonância dessa minha assimilação (muito incompleta, evidentemente) do testemunho que o Bispo do Porto a todos propunha... e que continua a ser hoje – profeticamente – motivo de desinstalação e desalinhamento nos gregarismos do faz-de-conta dominante (na cultura, na economia, na organização social e política, etc. etc.)...

>>

E começaria pelo que já devia ter feito. Referir que aceitei deixar assim o título deste artigo, tal como me foi sugerido, mas confessando que, verdadeiramente, em sentido exacto e rigoroso, penso não fazer ele sentido: para um cristão a *utopia* fez-se *topia*, o seu ideal de vida realiza-se num tempo e num espaço concretos.

Ninguém ousará negar o papel desempenhado pelas utopias e pelo “princípio-esperança”, também presente nas grandes religiões, na marcha da humanidade, mas “o Cristianismo dá um passo além das religiões e anuncia que o sentido (*logos*) não ficou difuso e profuso nas coisas, apregoa que o absoluto Futuro, Deus, se aproximou de nossa existência e morou na carne humana, quente e mortal, e se chamou Jesus Cristo [...]. O *homo revelatus*, Jesus mesmo, afinal emergiu. Nele se mostrou a benignidade e o amor humanitário de Deus (Tit. 3,4). Por isso nele se revelou um viver que já era reconciliação com todos e com Deus. A morte não podia tragar tanta vida e tão grande amor. Sua ressurreição realizou a utopia: o homem acabou de nascer na total patência de sua realidade abscondita” (Boff, 1976: 22-23).

Por definição, o cristão crê e sabe que Cristo entrou na história e caminha com a Humanidade, num processo comple-

xo, frequentemente contraditório e paradoxal, com avanços e recuos, mas progressivo... que há-de culminar na *Parusia*, num tempo / final do tempo em que a Terra e a Humanidade atingirão a sua plenitude e "Deus será tudo em todos" (1Cor 15, 28). Por Cristo, "novo Adão", Deus entrou no processo ascendente da Humanidade. Assim, ensina o Concílio Vaticano II (*Lumen Gentium*, 48):

40>41

Já chegou pois a nós a plenitude dos tempos (cf. 1 Cor, 10, 11), a restauração do mundo foi já realizada irrevogavelmente e, de certo modo, encontra-se já antecipada neste mundo: com efeito, ainda aqui na terra, a Igreja está aureolada de verdadeira, embora imperfeita, santidade. Enquanto não se estabelecem os novos céus e a nova terra em que habita a justiça (cf. Ped 3,13), a Igreja peregrina, nos seus sacramentos e nas suas instituições, que pertencem à presente ordem temporal, leva a imagem passageira deste mundo e vive no meio das criaturas que gemem e sofrem as dores de parto, esperando a manifestação dos filhos de Deus. (cf. Rom 8, 19-22)

Em suma: a mundividência cristã pressupõe a ultrapassagem da utopia pela história. Estamos aqui, naturalmente, em matéria de fé, ainda que – sempre – uma *fides quaerens intellectum*... Neste quadro, o cristão é tão simplesmente e apenas aquele que vive, a cada momento, também aqui e agora, identificado com Cristo. Além da comum identificação baptismal, o presbítero, e sobretudo o bispo (que recebe a plenitude do sacramento da Ordem), têm uma outra identificação – sacerdotal e ministerial – com Cristo, "Sacerdote, Profeta e Rei". Como "mestre da doutrina", o magistério do bispo, a autoridade do mesmo, advém-lhe desta identificação especial, pela sucessão apostólica, com Cristo, de quem é "vigário e legado" (*Lumen Gentium*, 27). Ora, deste modo, não sendo Cristo, "Verbo encarnado", uma utopia, como falar da "utopia de D. António Ferreira Gomes" ou da de um qualquer outro bispo, enquanto bispo?

Assim, apesar da titulação consentida, apenas poderemos adiantar a perspectiva de um olhar breve, limitado e pessoal

sobre o ideal e a praxe cristã, o ideal e a praxe episcopal de D. António Ferreira Gomes. De resto, imagino que este muito se confrangeria que a um qualquer bispo tido por cumpridor fiel do seu múnus, ou a um qualquer antecessor seu, modelar no cumprimento dos deveres episcopais, alguém se referisse como a um utopista...

D. António Ferreira Gomes foi um grande bispo, um grande bispo do Porto, e é uma glória do episcopado português do século XX. Mas penso sinceramente que, entre outras, uma forma de perverter o significado da sua vida e obra, e bloquear a eficácia criadora da sua mensagem e exemplo, será vestir-lhes as roupagens e as cores das utopias...

>>

2. Talvez precisamente porque me domina uma percepção pessoal muito aguda da grandeza da personalidade e do testemunho de vida de D. António Ferreira Gomes, nem todos os seus "panegiristas" costumeiros me agradam. Desconsola-me ver que alguns na prática se esquecem, afinal, do teor da referida epígrafe patente no Seminário de Vilar, e de que D. António foi homem de muitas virtudes, mas também dotado de... humanas limitações e fragilidades. Desservem-no "canonizando-o". Pelo menos em aparência, lidam "hagiograficamente" com um modelo abstracto, despido de particularidades individuais. E, "canonizado" D. António, parece que já não há lugar à imitação das suas virtudes heróicas, como se as suas épicas lutas pela dignificação do homem e da sociedade portuguesa fossem apenas passado e não fossem hoje susceptíveis – como efectivamente são – de projectar radiosa luz, exemplaridade e inspiração sobre novas e hodiernas circunstâncias, manifestamente beliscadoras da pessoa humana e da qualidade da nossa cidadania.

Não é sequer difícil reter, pessoalmente, alguns traços que não se compadecem com indevidos retoques e douramentos "hagiográficos", entre eles um rigoroso apego a normas de relacionamento, cortesia e civilidade nem sempre comungadas pelos seus padres, ou a admirável liberdade de expressão de pensa-

mento que D. António costumava usar com os seus interlocutores, algumas vezes levando-os a queixarem-se de «mágoas» ou dos efeitos de um temperamento impetuoso, como sucedeu mesmo com ilustres e amáveis colegas seus do episcopado.¹ A paixão da liberdade vivida por D. António (cf. Seabra, 1993: 322-326), ao serviço e hierarquizada pelo seu sentido de Absoluto, o lema “De joelhos diante de Deus, de pé diante dos Homens”, teriam naturalmente dessas consequências laterais... De resto, como facilmente conviremos, sem nos refugiarmos em irreduzíveis subjectividades, alguns aparentes e alegados “defeitos” de temperamento podiam e podem – realmente – ser vistos como manifestação de genuína e rara “virtude” pessoal...

Assim acontece com a dialéctica paciência / impaciência. Se uma das principais marcas do testemunho de D. António Ferreira Gomes foi o seu sentido profético de denúncia de males sociais institucionalizados, é certamente porque foi alguém com pouca paciência para os suportar por muito tempo. Ora esta impaciência em não pactuar mais com “desordens” éticas instaladas na sociedade é impaciência de “justo”, e constitui muito bom sintoma do ponto de vista eclesial, sinal da opção radical por Jesus Cristo e pela sua Igreja. Revela capacidade de ruptura, despojamento e heróica solidão.

Escrevendo ao Bispo do Porto, recorda o próprio D. Manuel Trindade Salgueiro que o seu destinatário, em carta de 24 de Agosto de 1956 ao Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, assumira não querer ser prudente “no sentido geralmente adoptado”. Nessa carta, D. António confessava aos seus colegas de episcopado que passara uns quarenta anos a acumular fama de prudente, e agora tratava de distribuir a energia acumulada, na convicção de que já não teria outros tantos para a dissipar... (Gomes, 2008: 234).

Mais do que qualquer culpabilização ou menos estima de D. António pelos seus pares e colegas, manifestava-se aqui o protesto de uma estrita e exclusiva obrigação de fidelidade à voz da sua consciência pessoal de pastor. E como pastor, nas especi-

ficidades do tempo e do espaço portugueses de então, assim se assumia o profetismo de uma linhagem de heroicidades cristãs contemporâneas, à maneira da de Dietrich Bonhoeffer, um símbolo do sacrifício supremo no enfrentamento ao totalitarismo...

Numa *Carta Circular ao Episcopado Português* (Porto, 23.5.1959), posterior ao deflagrar do caso suscitado pelo envio do seu *Pró-memória* (13.7.1958) ao presidente do conselho, António de Oliveira Salazar, D. António Ferreira Gomes assume integral e conscientemente o sacrifício e desconforto da hora por si então vivida, integrando-a no espírito de missão e oblação a Deus resultante da sua condição de bispo, que quisera entusiasmadamente viver desde as primícias do seu episcopado. Não tinha chegado àquela situação «como criança que, a correr atrás da borboleta, cai ao poço», e permitia-se transcrever uma parte quase final das palavras que tinha pronunciado na Sé Catedral, quando da sua entrada na Diocese do Porto:

>>

Como ao entrar na Diocese de Portalegre... também neste momento diremos a todos os diocesanos do Porto: sois a Nossa herança, a Nossa sorte, o cálice inebriante dos Nossos sacrifícios e dos nossos entusiasmos, nas horas de Getsémani e nas horas de Tabor. Nada que queremos de vós, senão a vós mesmos [...] Confiarmo-vos tudo aquilo que somos e aquilo que queremos e podemos em Cristo; confiamo-vos a Nossa sorte e o Nosso nome, o bom nome que é necessário para o sagrado ministério, *Cristi bonus odor*. Não devemos preocupar-Nos com a nossa sorte ou com a Nossa fama – isso é convosco. Temos muito que Nos preocupar com a Nossa obra! e a Nossa obra é-Nos imperativamente confiada pela voz do comando dos Nossos Venerados Predecessores – tantos e tão grandes, desde as remotas eras paleo-cristãs, que não nos atrevemos a mencionar algum. Como aqui foi dito, a respeito do último de todos, a pedra do esquecimento é que mais pesa sobre os mortos; o Porto não a lançará... Também Nós, pessoalmente, esperamos recolher a herança dos Maiores e não deixar perder dela, ao menos por comodismo ou cobardia, alguma migalha, quaisquer que possam ser as consequências. Assim Deus Nos ajude!... (Gomes, 2008: 191-192)

Conforme agora reconhecia o seu autor, não eram palavras “de retórica barata”... Eram todavia, indubitavelmente, sinceras e belíssimas palavras de um programa de vida, reveladoras da energia e frescura com que, em plenitude, o pastor se entregava à sua missão, com deliberada assunção de todos os riscos...

De resto, tratava-se de um pastor / profeta que, antes do 25 de Abril, amiudadas vezes repetia que repudiava o “ghetto” e a “catacumba”, que “combatia” com armas francas e à vista, à luz do sol da legalidade, com pleno e fidalgo respeito pelos seus interlocutores... Alguém que, afavelmente, estendia a mão àqueles que procurava corrigir. A acrimónia ia nele para o erro e não para os que erravam.

44>45

3. Nesse aspecto – da intervenção de D. António Ferreira Gomes em sede de doutrina social – gostaria mesmo de tomar a liberdade de contrariar correntes de opinião que me parecem interessadamente maximalistas na apresentação do magistério do Bispo do Porto, sobretudo explorando uma imagem espúria – e sempre inverdadeira – de “engajamento” esquerdizante e anti-fascista, a partir de um real exemplo de integral isenção e independência de vida, vivida como pastor fiel à sua missão de homem de igreja.² Mais: essa “tendência interpretativa” terá experimentado as maiores desilusões com as provas de moderação, independência e fidelidade às traves mestras do seu magistério de sempre, patenteadas nas intervenções públicas de D. António posteriores ao 25 de Abril, como experimentará hoje certamente os maiores amargos de boca se se der ao trabalho de revisitar os textos transmitidos pelo prelado à sua posteridade.

A fé optimista na perfectibilidade cristã do homem e da sociedade é central, como não podia deixar de ser, no pensamento de D. António Ferreira Gomes. Com ela se articula o enorme respeito que o prelado sempre revela pelos seus interlocutores, na suposição geral e básica de que, pela recta razão, todo o homem pode pensar correctamente e fazer as necessá-

rias e oportunas inflexões de conduta que se lhe forem impondo à sua consciência.³ Daqui derivará ainda uma patente e permanente moderação e capacidade de diálogo, bem como um agudo sentido da importância construtiva da atitude reformista na abordagem das realidades sócio-políticas.

Repare-se que o antístite, sempre que quer mudar a realidade envolvente, não se deixa dominar por uma qualquer desesperança definitiva nos homens e nas suas estruturas funcionais, antes parte ao encontro daqueles que são os principais responsáveis pela coisa pública, a fim de, tendo eventualmente acolhido a sugestão construtiva e leal e a objecção oportuna e franca, terem eles próprios oportunidade de, a partir daquele ponto e *statu quo*, se fazerem eles mesmos construtores de nova ou regenerada realidade...

>>

E é sobremaneira de notar que D. António Ferreira Gomes não pediu o “irrealizável” aos governantes e aos homens da Igreja, antes do 25 de Abril de 1974, mas tão-só passos relativamente modestos (pelo menos aparentemente), ainda que decisivos, e que, afinal, a coerência das doutrinas invocadas, por uns e por outros, impunha.

Poderão documentar estas últimas asserções, entre tantos outros, dois importantíssimos documentos insertos nas citadas *Provas*, recentemente e em boa hora publicados pela Fundação SPES.

De facto, em relação ao regímen vigente, na célebre “carta a Salazar” (pró-memória para uma entrevista combinada e depois cancelada), o que vemos?

Sem nos determos no incontornável comentário ao epistolar elogio do interlocutor, que não é apenas de *captatio benevolentiae*, mas de uma reivindicada “estima”, “respeito” e “admiração” de que nos não é lícito duvidar,⁴ e só não compatíveis com a liberdade de uma discreta e leal capacidade crítica por deficiência adquirida do estadista (que assim passou a alienar do regímen as suas bases de apoio futuro mais válidas, sólidas e dinâmicas), duas inegáveis constatações se fazem: o Bispo

do Porto não desistira, formalmente, de "converter" o presidente do conselho às suas verdades (a algumas, pelo menos), e da esperança de, por via dessa permeabilidade, poder vir a assistir à regeneração interna, democratizante e liberalizadora, do Estado Novo. Hoje bem podem parecer-nos limitadas e circunscritas as objecções reformadoras expressas pelo prelado nessa célebre "carta", mas na realidade transportavam consigo uma dinâmica de largo espectro, susceptível de aforrar o país aos perigos da revolução e do comunismo, e dotá-lo outrossim de uma base doutrinária cristã incentivadora da emancipação paulatina das forças da sociedade civil, com afirmação de uma cidadania adulta e participativa.

Claro que o que viria depois seria, em termos qualitativos, outra *situação*, e por isso, como costumeiramente, Salazar não deixará de ver nesta e em toda a proposta de evolução uma ameaça vitanda...

Numa impressiva passagem do *Pró-memória* a Salazar, a negação prática, na vida pública, de uma "livre e honesta vida política" (com possibilidade "de chamar o povo à consciência da sua idoneidade para a condução da coisa comum", com "liberdade de formação da opinião pública") é mesmo apresentada como "o problema da Igreja portuguesa *hic et nunc*; o grande e como que único problema da Nação". Era-o "por via de consequência: perdida a Igreja na alma do povo estar[i]a perdida a Nação". E D. António acrescentava, pressentindo certamente dificuldades e erros terríveis de um processo revolucionário que, como o pós 25 de Abril demonstrou, poderiam ter sido prevenidos e evitados:

Como bispo sinto a tremenda responsabilidade de amanhã, no meio da eventual catástrofe - não cultivo a "visão catastrófica dos acontecimentos" mas não posso também aceitar a tática da avestruz, que infelizmente vejo difundida de mais - os católicos nos poderem dizer que a culpa foi nossa, por os termos inibido da formação e acção políticas. (Gomes, 2008: 30)

A “questão social”, a “miséria imerecida” dos operários e dos trabalhadores do campo, voltam necessariamente à colação nesta mesma “carta”, culpabilizando o prelado e corporativismo vigente pelo facto de o operariado ver quase fatalmente no Estado um aliado do patronato, e considerando outrossim que “um financismo *à outrance*”, adoptado em nome da “grandeza nacional”, e “operado aliás pela compressão dos preços, contra o aumento da circulação fiduciária”, não poderia deixar de resultar “e resultou efectivamente (com excepção do período inicial dos abonos de família) em benefício dos grandes contra os pequenos e finalmente na opressão dos pobres” (*idem*: 37). E dizemos voltam à colação, porque há muito tais matérias estavam nas preocupações de D. António Ferreira Gomes, expressando-se nomeadamente no esquema geral por si redigido e submetido (23/25.1.1955) à Conferência Episcopal, para estudo e discussão de uma *Pastoral sobre a condição dos trabalhadores*, e na qual um “corporativismo sem espírito cristão de justiça, caridade e liberdade” é apresentado como “uma falsificação, uma burla e uma ofensa à doutrina da Igreja”. (*idem*: 187)

>>

Por essas datas, o corporativismo era igualmente um “problema de Igreja”, pois esta “comprometera-se” “não com o estado corporativo, mas com a ordem corporativa da sociedade”, e o governo queria comprometê-la na sua doutrinação e acção concretas (*idem*: 40).

Embora não esquecendo as grandes possibilidades de trabalho que o estado e as grandes empresas tinham criado, D. António Ferreira Gomes tinha para si que isso não impedira “que se estabelecesse e fechasse” um “ciclo de miséria”.

Mutatis mutandis, pela sua perene actualidade, valerá a pena recordar algumas das palavras de advertência do prelado relativamente à política económico-financeira de então:

Falando assim, eu não quero tomar partido pelos excessos do socialismo ou pelo descalabro financeiro; apenas não posso deixar de pensar que na acção política, como em tudo e mais que em tudo, a virtude está no meio e que, se o equilíbrio

financeiro é óptimo, nunca deve deixar de estar ao serviço do homem, porque aliás *corruptio optimi pessima*. Não perco de vista as dificuldades, ansiedades e perigos que as más finanças oferecem por esse mundo; mas parece-me que, através de tudo, se procura salvar um princípio verdadeiro: que as finanças são o primeiro servidor e não podem ser, senão excepção e transitoriamente, o senhor da Nação (como o dinheiro, para o homem indivíduo...). (*idem*: 38)

48>49

Por outro lado, ainda na mesma “carta”, em relação à igreja portuguesa, o que manifestamente se patenteia é a natural reivindicação do respeito estatal por uma maior autonomia de esferas, suposta a mútua cooperação para o bem comum, e suposto o reconhecimento de que não era “invasão” da esfera temporal a Igreja não prescindir de ensinar as suas doutrinas, a nível social e económico.

O Bispo do Porto desejava, naquela hora, uma Conferência Episcopal mais desassombrada, unida e solidária com a sua voz, na doutrina a pregar colectivamente, mas a dessintonia sobre a oportunidade e o teor da mais ajustada resposta concreta a dar, perante os problemas e responsabilidades históricas do momento, fez-se ouvir mais alto... Admiravelmente, em solidão sofredora, o Bispo do Porto não renunciou à sua individual obrigação de prestar contas à “história inteira”, tendo presentes palavras proferidas pelo Cardeal Siri e por si meditadas em Fátima:

Dover rendere conto a Dio di quello che si fa è fondamento per mantenere fresca la stupenda libertà di essere con la verità e non con le mode, con la giustizia e non con le passioni. Dover rendere conto alla storia intera e non a qualche suo protagonista effemero o a qualche anonima frotta significa liberarsi dai complessi di inferiorità. (*idem*: 195)

Regressava, natural e reiteradamente, a insistência na ideia de que “a Igreja tem uma doutrina social e económica, que sempre ensinou”. Este tema era, por suposto, absolutamente

central em outro supracitado documento, contendo um esquema de ante-projecto de *Pastoral sobre a condição dos trabalhadores*:

Pecado original ou bondade natural, sociedade humana, necessária ou pactual, bem estar social como resultante de deixar a natureza a si mesma ou como esforço e renúncia, direito e dever de intervenção (tanto no domínio internacional como no social interno), indivíduo, sociedade e estado, origem do poder e designação do seu titular, pessoa e indivíduo, justiça e caridade, justiça comutativa e social, teorias do valor e do dinheiro, direito de propriedade e seu uso, salariado e co-gestão, etc. etc. (*idem*: 185)

>>

Este extenso encadeamento de conceitos a desenvolver desembocaria na recusa e superação do liberalismo e do marxismo pelo personalismo cristão, mas, antes de tudo, forneceria, segundo o Bispo do Porto, sobejos “exemplos de que as questões sociais e económicas relevam do magistério confiado por Cristo à sua Igreja” (*ibidem*).

Há-de notar-se, finalmente, que, por essas datas, conforme foi já suficientemente relevado, “a criteriologia de D. António Ferreira Gomes aplica[va]-se à base da organização do Estado Novo – o direito corporativo – fazendo apelo aos princípios da anterioridade da pessoa humana, ao pluralismo, à subsidiariedade do Estado e sobretudo às consequências destes princípios para o direito de associação”. Então, como posteriormente e sempre, a revisitação crítica e criadora das perenes definições escolásticas de direito natural e de direito das gentes, de S. Tomás a Suarez, desempenhará um crucial papel no seu discurso magistral (cf. Pinho, 2008: 409-415).

Os tópicos do “direito da Igreja em matérias sociais”, do seu “magistério na fé e nos costumes” e da sua intervenção como “intérprete autorizada do direito natural e suas aplicações” são pois pressupostos e reivindicações basilares do antístite em matéria de pastoral social (Gomes, 2008: 183). Nada disso era ou é utópico, e nada disso era ou é alheio ao Evangelho:

Promovendo os direitos da consciência dos filhos de Deus e cultivando a dignidade da pessoa humana, na "cidade" do mesmo Deus, a Igreja serve a liberdade superior do homem, apontando-lhe aquilo que poderíamos chamar o ponto ómega do seu progresso que é a redenção por Cristo. (*idem*, 1987: 99)

Quem, mesmo entre admiradores e discípulos, será hoje capaz de retomar, com a mesma coragem, frontalidade e coerência, este legado (legado de um bispo que nos confiou a sua sorte e o seu nome), aplicando-o, com os critérios que transporta, e sejam quais forem as consequências pessoais e sacrifícios auto-impostos, aos novos problemas legais e institucionais dos nossos dias, *hic et nunc*?

Quem, como ele, para nos continuar a lembrar, em democracia, "oportuna ou inoportunamente", verdades simples, como por exemplo a de que dar a uma maioria o direito de definir o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o justo e o injusto, constitui "absolutismo de estado na sua pior expressão"? (*idem*, 2008: 100) <<

NOTAS

[1] Cf. v. g. *Carta de D. Manuel Trindade Salgueiro* [Évora, 25.6.1959] a *D. António Ferreira Gomes* in *Gomes*, 2008: 233-235.

[2] No entanto, como é natural, contemporanistas credenciados e insuspeitos, não deixarão de reconhecer que os católicos e a sua hierarquia foram o principal elemento motor do “pluralismo limitado” do Estado Novo e um factor “de limitação à fascistização do regime”. Cf. vg. *Rezola*, 2008: 247-277.

[3] Esta doutrina perene está luminosamente expressa na *Caudium et Spes*, 16:

No fundo da própria consciência o homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faze isto, evita aquilo. O homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será julgado. A consciência é o centro mais secreto e santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social. Quanto mais, portanto, prevalecer a recta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objectivas da moralidade.

>>

[4] Efectivamente há na “carta” notas muito pessoais, cuja sinceridade será ofensivo pôr em causa, nomeadamente nesta passagem:

Lembro bem a comoção e o entusiasmo, o sobressalto de esperança com que acompanhamos os inícios da carreira de V.^a Excelência. Mais que para todos, era para nós, afastados da Pátria, uma espécie de resgate e reabilitação perante o estrangeiro desprezador. Devo conservar ainda algures um saco de papel em que religiosamente ia guardando cada palavra de V.^a Excelência ou cada referência que lhe era feita. Além de tudo o mais que sentíamos como portugueses, acrescia que, sendo V.^a Excelência para além da Sua competência profissional, apenas conhecido pelas suas actividades no campo católico, era uma espécie de oferta que a Igreja fazia à Pátria num momento crucial.

BIBLIOGRAFIA ∨

Boff, Leonardo (1976), *Vida para além da morte*, Petrópolis, Ed. Vozes.

Gomes, António Ferreira (1987), "A colegialidade episcopal e o Reino de Deus" in *Cartas ao Papa sobre alguns problemas do nosso Tempo Eclesial pelo Bispo Resignatário do Porto*, Porto, Figueirinhas.

-- (2008), *Provas. A outra face da situação e dos factos do caso do Bispo do Porto*, Porto, Fundação Spes, Apêndice.

Pinho, Arnaldo de (2008), "O recurso ao direito natural no pensamento de D. António Ferreira Gomes" in *Convergências & Afinidades. Homenagem a António Bráz Teixeira*, Lisboa UCP/CEFI.

Rezola, Maria Inácia (2008), "A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo", in *O Corporativismo em Português*, org. António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho, Lisboa, ICS.

Seabra, José Augusto (1993), "O pensamento religioso de D. António Ferreira Gomes" in *O Tripeiro*, 7ª série, ano XII, nº 11.